

O impune assassinato de dirigentes do PT

Discutindo a Constituição

MARÇO DE 1986 — Nº 17

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

Cz\$ 2,00

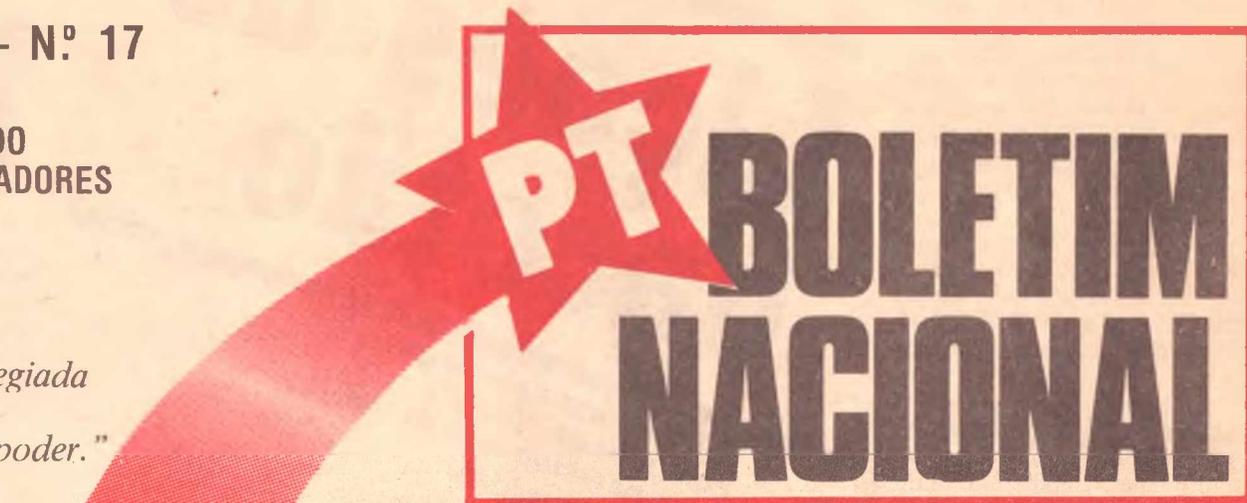
*"Somos uma elite privilegiada
que quer fazer uso da
ciência como forma de poder."*

Vitor Buaiz, pg 13

SIGA A ESTRELA

"Este é o momento de dar um grande salto político" — anunciou Lula aos petistas presentes ao lançamento da Campanha Nacional de Filiação em São Paulo.

Ali estavam médicos, advogados, metalúrgicos, professores, sindicalistas, líderes de movimentos populares, enfim, representantes dos vários segmentos da sociedade. Todos seguindo a estrela, e entrando no PT. (pag.8)



O PT e a imprensa

Um decálogo para as relações entre o PT e a imprensa, pg.9



A seleção vai jogar pela direita

A estrutura fascista do futebol brasileiro, pg.4

Congelamento sim, arrocho não

O pacote da reforma monetária cria as condições para a retomada dos investimentos e a continuidade do pagamento da dívida externa. Mas quem paga a conta são, mais uma vez, os trabalhadores. O pacote arrocha salários e nega as grandes lutas pela redução da jornada de trabalho, pela reposição de perdas salariais e pela valorização do miserável salário mínimo.

Num primeiro momento, o governo conseguiu isolar a esquerda e imobilizar os sindicatos. Graças ao congelamento dos preços, bandeira que tomou de nossas

mãos, conseguiu o apoio popular. Venceu a primeira fase de sua ofensiva planejada para avançar até as eleições e a Constituinte.

Mas até quando a Nova República conseguirá esconder o arrocho. Até quando conseguirá garantir o abastecimento sem aumento de preços?

O pacote é também um pacote de mentiras. Promete uma escala móvel que foi feita para não sair do lugar. Promete um seguro-desemprego que deve provocar aumento na rotatividade. Promete a garantia do valor real dos salários mas só dá 60% do

que for comido pela inflação.

As lutas por melhores condições de vida não vão acabar por decreto. E são essas lutas que determinarão, basicamente, o destino político da reforma. O PT coloca-se na vanguarda da luta pelo verdadeiro congelamento de preços, sem arrocho salarial, pelo salário-desemprego efetivo e universal, pelo restabelecimento das liberdades sindicais, duramente atingidas pelo decretão. A Nova República fingia negociar um pacto social, mas preparava o pacote na surdina (pacote nas páginas 2, 6, 7).



A Nova República tomou do povo organizado a bandeira do congelamento de preços e saiu na frente, lançando sua grande ofensiva pré-eleitoral. Venceu numa ampla frente, conseguindo isolar a esquerda e os setores mais politizados da classe operária. Os donos do poder, os mesmos que fabricaram a inflação durante tantos anos, deram a volta por cima e, quando pareciam derrotados, acionaram mais uma vez as técnicas de manipulação de massa que aprenderam na Campanha das Diretas que virou Colégio Eleitoral — ao fundo o hino nacional.

Esta é a primeira lição do pacote — os donos do poder detêm ainda um vasto arsenal de reserva e não perdem facilmente a iniciativa.

A segunda lição do pacote, apenas para refrescar a memória, é dada pelo caráter autoritário do caminho que escolheram. Fingiam que negociavam um acordo coletivo de trabalho, um pacto social, mas na surdina já preparavam o pacote. Nunca tiveram a intenção de negociar coisa nenhuma. Nunca tiveram a intenção de negociar os conflitos de classe. É mais fácil reprimir.

Fingiam que negociavam um pacto social, mas na surdina preparavam o pacote

A terceira lição é a de que a burguesia tem sentido mais aguçado da dialética do que a esquerda. A burguesia criou a Correção Monetária, a burguesia enterrou a Correção Monetária. Essa capacidade de tomar as bandeiras da oposição, encampar e depois esvaziar seus movimentos chegou ao auge no confronto com as receitas recessivas do FMI. A burguesia brasileira sabia melhor do que o FMI como dar a volta por cima. E deu.

O pacote é uma proposta ambiciosa. O grande salto almejado há muito tempo pela burguesia brasileira, que deseja aprofundar e ampliar suas relações com o capitalismo multinacional, de forma a multiplicar a escala de sua acumulação. Os obstáculos a esse salto são a dívida externa e a fragilidade da moeda. Não é mera coincidência o término de mais uma rodada de renegociação da dívida com o decreto do pacote. O Brasil se posiciona, de agora em diante, como a "oitava economia do mundo", dotada de uma "moeda forte", palavras insistentemente repetidas por Dilson Funaro. A idéia é demonstrar que o País é maior e mais forte que sua dívida. Que pode e deve ser aceito no clube dos "indus-

Lições do pacote

Querem um país "moderno", com moeda "forte", mas pagando salário mínimo de 804 cruzados.



trializados" aos quais, diga-se de passagem, tudo é permitido, até mesmo ter dívidas.

O caráter de classe do pacote aparece claramente no arrocho salarial

Por isso o pacote contém a componente altamente arriscada de taxa fixa de câmbio — marca registrada dos países ricos. O câmbio fixo é uma promessa de manter a moeda estável e, portanto, forte. O governo escolheu o momento oportuno, com o "cruzado" se beneficiando de uma queda acumulada da ordem de 20% do dólar em relação a outras moedas, com a existência de reservas, e com a queda de preço do petróleo. Há grandes possibilidades de o projeto da moeda

forte dar certo, principalmente se forem atacadas as causas financeiras da inflação, ligadas ao pagamento da dívida externa.

O projeto de "país moderno" com "moeda forte" que "honra seus compromissos" é intrinsecamente danoso ao povo brasileiro, pois pressupõe pelo menos mais 15 anos de miséria nos gastos públicos e sociais, e salários magros, que é o prazo mínimo para o pagamento de uma parte substancial da dívida externa. O caráter de classe do pacote aparece especificamente no arrocho salarial. O pacote parte do princípio básico de zerar a inflação sem modificar em nada a atual repartição de renda — exatamente para não detonar novas pressões inflacionárias que por sua vez derubariam a taxa fixa de câmbio. Mas antes, nos últimos seis meses, o governo deixou que a inflação desse um salto, corroendo o valor real dos salários, e depois tomou esse valor já corroído como parâmetro para a conversão dos salários-cruzeiros em salá-

rios-cruzeiros. O arrocho salarial está claramente denunciado na nota oficial do Diretório Nacional (págs. 6 e 7).

Criaram uma linguagem dos contrários que inverte a natureza das coisas

Os autores do pacote arrocharam de cabeça fria e caso pensado. Tanto assim que criaram toda uma linguagem dos contrários, que inverte a natureza das coisas. O pacote é também um pacote de mentiras, nas quais as mais cínicas são:

— o pacote mantém o poder de compra real dos salários. Mentira, o pacote cristaliza a perda do poder de compra dos salários verificada nos últimos meses;

— os preços foram congelados pela média dos últimos 24 meses. Esta é a mais cílica das mentiras. A primeira lista de preços congelados chega a ter preços superiores aos praticados no mercado, no mesmo dia;

— foi criada uma escala móvel de salários. Mentira, a escala é fixa, feita para nunca reajustar os salários, pois o pacote claramente pretende manter a inflação abaixo dos 20% ao ano;

Uma escala móvel que não se mexe, um seguro que desemprega e um abono que desabona

— foi criado um seguro desemprego. Mas, nas condições dadas, propiciará apenas um aumento na rotatividade — e, portanto, no desemprego, pois servirá de pretexto para facilitar demissões; e

— a última mentira foi a do abono. O governo não deu abono. O governo, como demonstraram vários economistas, já comeu o reajuste devido por fevereiro, da ordem de 14%, e devolveu apenas 8%. O abono foi apenas para os patrões, não para o trabalhadores.

Um projeto de "país moderno", com moeda estável e forte, mas que mantém um dos mais baixos salários mínimos do mundo, é um projeto contraditório. Essa contradição vai aflorar, primeiro aos poucos, depois com força. O arrocho salarial e sua cristalização é o ponto fraco do pacote.

Bernardo Kucinski

A escalada da violência...

Os assassinos continuam impunes



...contra dirigentes...

5 de fevereiro, 21:45,
Imperatriz,
Maranhão

Assassinado

Claudiomar Rodrigues de Sousa

Na noite de 5 de fevereiro, dois pistoleiros mataram Claudiomar Rodrigues de Sousa (36 anos), tesoureiro do Partido dos Trabalhadores de Imperatriz (MA). Dez tiros foram disparados e sete atingiram mortalmente "Cláudio", como era conhecido. Os motivos foram políticos: Claudiomar vinha se destacando "na luta pela Reforma Agrária que o PT vem desenvolvendo de forma crescente na região" (da nota oficial do PT). Mais de um mês se passou e ninguém foi preso: nem os assassinos, nem os mandantes. A morte de Cláudio continua impune como tantas outras envolvendo trabalhadores rurais e urbanos, todos eles ligados à luta pela terra, à CUT e ao PT (Cláudio fora lançado recentemente candidato a deputado estadual pelo Partido naquela região).

Quando Claudiomar desligou a televisão e foi guardar a caminhonete C-10, em frente ao "Posto Brasil", os dois pistoleiros já o esperavam. Num bar próximo, "coincidentemente", o delegado de Imperatriz tomava cerveja ao lado de outros policiais. Os matadores agiram com rapidez e precisão e fugiram sem ser incomodados. Era o típico "crime de encomenda". Os jornais, no dia seguinte, não falavam de implicações políticas, embora soubessem da militância de Cláudio e das denúncias que, dias antes, ele fizera contra grileiros e latifundiários do interior do Maranhão. Cláudio — como ex-funcionário do INCRA — conhecia "quem era quem" no "sindicato do crime organizado": apontou, por exemplo, o grileiro e candidato a deputado pelo PDS, João Bonfim, como assassino direto de João Palmeira, fundador

do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz.

Alguém terá reconhecido um dos pistoleiros: trata-se, possivelmente, de "Macarrão", filho do próprio Bonfim. O medo desabou sobre as testemunhas. E o silêncio, também. A cidade de Imperatriz virou antro de pistolagem: os matadores de aluguel desfiliam acintosamente pelas ruas. Os telefonemas ameaçadores são uma constante na vida das lideranças do PT na cidade. Até mesmo no enterro de Cláudio, os pistoleiros estavam, ameaçando e intimidando. Recados ostensivos eram mandados: que a missa de sétimo dia não se realizasse. "Mais gente poderia morrer".

O medo, porém, foi cedendo lugar à revolta. A missa foi realizada e se transformou num ato de denúncia e resistência. A igreja estava cheia. Uma faixa revelava a disposição de todos: "Companheiro Cláudio, a luta continua". Os pistoleiros não apareceram.

Compromisso com a liberdade

Nos cartões póstumos, distribuídos na manifestação, o sentido da homenagem a Claudiomar Rodrigues de Sousa, e muito mais, a certeza de que realmente a luta continua:

"Os que tombam são os que levantam a outros. Com gestos e palavras que continuarão pela eternidade. Os que tombam fazem do seu corpo sementes de resistência.

E seu sangue as irrigam pedindo aos que ficam que acolham, como eles, o compromisso da liberdade".

Rubens Lemos



...e simpatizantes do PT

25 de janeiro,
4:55 da madrugada,
Paracatu,
Minas Gerais

Assassinado

Walter Gonçalves de Carvalho

Paracatu (MG), 27/jan/86

No dia 25 de janeiro, às 4:55 horas da manhã, foi barbaramente assassinado o trabalhador rural Walter Gonçalves de Carvalho, na fazenda Buritizinho (Região Rio Santa Bárbara) no município de Paracatu — MG. Os assassinos são: Urcelino da Sil-

va Neiva, vulgo "Letinho" e outros dois conhecidos pelos apelidos "Negrao" e "Chaveiro". Depois de disparar quatro tiros contra Walter Gonçalves, os assassinos vieram para Paracatu e continuam transitando tranquilamente pela cidade. Até esta data não se sabia a causa desse crime. Só sabemos que os criminosos estão em plena liberdade pelas ruas de Paracatu e que são muitos os trabalhadores rurais que têm sido assassinados neste município "pacato e tranquilo" — como têm publicado os jornais da burguesia.

E para que o público fique sabendo, também estão sendo ameaçados os companheiros Ovídio Ferreira, na fazenda Barreirinha, e Galdino de Souza Oliveira, na fazenda Silva. Os dois já tiveram suas plantações destruídas, e a casa do companheiro Ovídio foi queimada com a cobertura de dois agentes da Polícia Civil de Paracatu.

Em que mundo estamos vivendo? Nós trabalhado res rurais estamos vivendo momentos piores do que nos anos da ditadura militar. Onde está a democracia da Nova República? Onde está a tão falada Reforma Agrária?

Os trabalhadores que não estão morrendo pelos fuzis e revólveres dos latifundiários e grileiros, estão morrendo de fome, por falta de terra e trabalho.

A verdade é que se os trabalhadores não deixarem de puxar saco de patrão, e se unir aos seus companheiros de sua comunidade, seu sindicato, igrejas progressistas, associações de bairros, o que for, a coisa vai ficar muito pior.

Manoel Monteiro dos Santos
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu

Cláudio: o compromisso com a liberdade

Claudiomar, para nós todos, era "Cláudio". Pelas terras do Maranhão, lá nos confins, os covardes também se escondem atrás das armas. Como em Buriticupu, Capoeira, Arame. A covardia das balas que expelem fogo das tocaias, onde se aquartelam, iguais sombras, os pistoleiros. Estes, prolongamentos cruéis daqueles outros — e maiores covardes —: os mandantes. Representantes legítimos da "civilização cristã ocidental". Mandatários da paz de cemitérios cheios de corpos dos verdadeiros valentes. "Valentes homens do meu sertão". E Cláudio era um valente. Sete balas o mataram. Ele, de peito aberto, coração destemido. Sem chances, aos teve tempo de morrer. Sua defesa ficou suspensa, agarrada ao fio ligeiro do fogo-surpresa. Corisco-impacto sete vezes instantaneamente mortal.

Cláudio morreu porque sabia demais. Porque não tinha medo de dizer e enfrentar os matadores do povo que ele amava. Povo sofrido como João Palmeira, lutador e fundador do STR de Imperatriz, friamente assassinado por João Bonfim, cuja ironia do nome não esconde sua calculista sina de matador de camponeses e posseiros. E, agora, de Cláudio. Foi ele, sim.

O medo calou a boca do povo. Mas o silêncio da verdade sabe de tudo em Imperatriz. Sabe que João Bonfim, candidato do PDS a deputado estadual, mandou matar Claudiomar — o "Cláudio", militante e dirigente do PT.

Pelas estradas poeirentas do interior maranhense, Cláudio dirigia em velocidade a caminhonete. "Para chegar logo", dizia. Ao seu lado, entre uma curva perigosa, o desviar de um buraco, eu ouvia a

certeza do companheiro. A certeza de que "os pistoleiros não vão parar de matar trabalhadores, enquanto os trabalhadores não responderem no mesmo tom". A certeza de Cláudio apontava para a necessidade de que tudo é conivência, tudo é corrupção, tudo é maldade nas terras do sr. Sarney.

"Este país precisa se tornar valente, companheiro. E o país que eu falo é o povo que não pode viver morrendo de graça".

E Cláudio era povo. Já era um valente. Por isso, apesar da morte, não morreu de graça. Não há nenhuma graça na morte de um lutador do povo. A não ser no sorriso cinico dos assassinos. Porque na morte de Cláudio o rosto do povo ficou mais duro e determinado. Acumulando coragem e preservando a ternura pelo companheiro exterminado.

Rubens Lemos

A UDN NO PODER

A tão anunciada reforma ministerial, depois de planejado suspense, veio reforçar o que todo mundo sabia: o conservadorismo do governo e a empulhação da Nova República. O próprio PMDB, até então majoritário na Aliança Democrática, reclamou o quanto pode, e seu líderes mais indignados chegaram a denunciar, como verdadeira traição, a volta ao poder da antiga UDN.

O que isso significa? Por que se fala em UDN, em udenismo e em "udenização" do Ministério? Para responder, três pontos devem ser considerados: 1. A identificação dos udenistas no governo; 2. O que foi a UDN e 3. Qual o interesse do presidente Sarney nessa "volta ao passado". Em primeiro lugar, basta reconhecer os atuais ministros que militaram na UDN: Abreu Sodré e Jorge Bornhausen integraram a ala mais conservadora do partido, a dos interesses agrários e das oligarquias estaduais; Raphael de Almeida Magalhães foi assessor do maior tribuno da direita radical udenista, Carlos Lacerda; Antônio Carlos Magalhães e Aluísio Alves eram da "Bossa Nova", grupo que se notabilizou pelo apoio a Jânio e também às refor-



mas de base de Goulart, mas acabou apoiando o golpe em 64; Aureliano Chaves e Roberto Santos foram udenistas de pouca expressão nacional, gravitando em torno das oligarquias locais.

Além desse, destacam-se no "governo udenizado" o próprio Sarney e o governador do Distrito Federal, o eterno janista José Aparecido; o presidente da Petrobrás Hélio Beltrão (lacerdista

histórico), o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais Afonso Arinos (foi da "Banda de Música" udenista que agitava, no Congresso, campanhas

SELEÇÃO VAI JOGAR PELA DIREITA

"A estrutura do futebol brasileiro é fascista." A declaração foi feita, no início dos anos 80, pelo centro-avante Reinaldo, então um dos maiores ídolos do esporte mais popular do mundo. Na realidade, a estrutura era basicamente composta de militares e servia muito bem aos interesses político-repressivos da ditadura. Médico — não esqueçam — foi o "presidente do tricampeonato mundial" conquistado pelo Brasil em 1970. Ironicamente — tanto quanto trágico —, enquanto os rádios berravam os gols de Jairzinho, abafavam, muitas vezes, os gritos dos torturados nas prisões do regime militar. Mas, o povo não estava podendo tomar conhecimento. Cantava, ao contrário, o "noventa milhões em ação/ pra frente Brasil/ do meu coração..."", enquanto a bola rolava no México de forma mágica, via o talento e a genialidade de craques como Pelé, Tostão, Gérson, Rivelino, Carlos Alberto. O povo anestesiado pela fantasia do futebol e do "milagre econômico" da Ditadura.

A direita retoma

Agora, novamente, a bola vai rolar. Coincidentemente no mesmo México, daqui há poucos meses, a sele-

ção brasileira, dirigida no campo por Telê, vai tentar ganhar mais um Copa do Mundo para o Brasil. A Confederação Brasileira de Futebol, mais poderosa do que nunca, é a superestrutura disso tudo. E nunca esteve tão demarcada no campo político como hoje. De repente, do bojo da "Nova República", os setores mais direitizados da política nacional tomam de assalto a CBF. Numa eleição rica em métodos corruptos, o órgão máximo do futebol brasileiro ficou nas mãos de homens com Nabi Habib Chedid, malufista confesso, sem falar em José Maria Marin, ex-vice-governador do próprio Maluf. O Ministério da Educação (gestão do supostamente liberal Marco Maciel) abriu as "austeras" comportas do erário público para o apoio incondicional ao selecionado do Brasil, com participação dos liberais do PMDB, representados na cabeça da CBF pelo trêfego e bem falante deputado Márcio Braga, ex-presidente do Flamengo. E o orçamento previsto para respaldar os gastos com a seleção é feito em dólar. Milhões de dólares.

Paralelamente, um bem montado esquema de marketing está em andamento. Tudo na base do "oba-oba", do Brasil Novo, da Nova Era, enfim, da "Nova República". As televisões,



as emissoras de rádio poluem nossos ouvidos com hinos e marchas ufanistas, infestadas de um "patriotismo" exemplar.

É a "Nova República" deslocando o eixo tático das preocupações do povo brasileiro. "Alienar para domesticar", eis a palavra de ordem. Necessário (para eles) se torna fazer as massas sofridas e exploradas esquecerem a inflação de 16,2%. Tornaram-se insensíveis à violência crescente contra os trabalhadores do campo e da cidade, ao desemprego que permanece, ao preço exorbitante até do cafezinho.

Mas vão encontrar dificuldades. O momento é outro. Instrumentos como o PT e a CUT, sem dúvida, devem permanecer alertas, criando condições para que o povo saiba demarcar o campo de suas lutas e reivindicações, e de suas alegrias momentâneas. Sabendo vibrar e torcer com o futebol brasileiro, enquanto necessária catarse coletiva. Mas, sobretudo, compreendendo que — no jogo da Direita — os gols de Zico, Careca, Casagrande ou Sócrates não podem ser instrumentalizados contra a fome real da grande maioria dos brasileiros.

Rubens Lemos

diárias contra getulista e trabalhistas), e até Paulo Brossard, que pertenceu ao Partido Libertador gaúcho, aliado natural da UDN.

Em segundo lugar, é preciso lembrar o que foi a UDN. A União Democrática Nacional surgiu em 1945 como uma ampla frente liberal contra Getúlio Vargas e a ditadura do Estado Novo. Chegou a pretender formar um "partido de centro inclinado para a esquerda", mas rapidamente se transformou num partido elitista, reacionário, antipopular, entreguista e golpista. Tornou-se conhecido como "o partido dos cartolas" e o "partido das vivandeiras dos quartéis", embora seu lema fosse "o preço da liberdade é a eterna vigilância". Em íntima associação com os militares, conspirou contra a posse de Getúlio em 1950, a de Juscelino em 1955, e a de Jango, em 1961. Com seu anticomunismo histérico, aliou-se aos empresários, ao capital multinacional e aos militares para o golpe de 64, tendo participado ativamente do governo de Castelo Branco. A UDN defendia um liberalismo extremo, contra a intervenção do Estado na economia e favorável à política da "porta escancarada" para o capital estrangeiro e a remessa de lucros. Condenava sistematicamente o movimento sindical e as greves como "subversão", e, sempre que perdia, defendia a tese de que "o povo não sabe votar", chegando a pregar "o golpe militar para evitar o golpe eleitoral". O udenismo era considerado sinônimo de moralismo, pois UDN se apresentava como a única defensora da moralidade pública, mas contanto que "os escândalos" fossem dos outros. Com base nesse moralismo, apoiou o "homem da vassoura" em 1960, embora Jânio não escondesse o solene desprezo pelos partidos (hoje a situação se repete com o PFL e Olavo Setúbal, elitistas em busca dos votos populistas em São Paulo). Com a extinção dos partidos em 1965, a imensa maioria da UDN foi para a ARENA, e hoje, para o PFL.

Em terceiro lugar, o que faz Sarney retomar parceiros udenistas? Ao que parece, o novo esquema governamental representa um sólido bloco conservador que reúne vários egressos da UDN, mas é liderado pelo superministro Marco Maciel, formado na velha escola do PSD (Partido Social Democrático). Sarney sabe que esta aliança "funciona". No final do governo Goulart, a aliança UDN-PSD foi decisiva para garantir o êxito do golpe contra as forças progressistas. E deu no que deu. Têm razão, portanto, os que temem a "udenização" desse novo Ministro,

Maria Victoria Benevides

NOTINHAS CONSTITUINTES

Empresários articulam lobby para a Constituinte.

1

Cópias de um pequeno livreto editado pela FIESP, sob o título "Contribuição para a Futura Constituinte Brasileira", estão sendo distribuídos discretamente entre o empresariado e os políticos. Trata-se de um dos sinais visíveis da intensa mobilização que as classes dominantes preparam para formar **lobbies** que influenciarão a feitura da nova Carta do País, em 1987.

2

O livreto, cuja autoria é atribuída ao presidente da FIESP, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, traz um recado límpido e cristalino. Seu propósito é defender o atual esquema de dominação e impedir que ele seja modificado na Constituinte. Cercear a estatização da economia; impedir a expropriação de terras; assegurar a manutenção do direito de herança, sem taxa progressiva são algumas das "sugestões" do empresariado àqueles que irão formular as novas leis do País.

3

A articulação para a Constituinte tem também ramificações setoriais. Na área de papel e celulose, por exemplo, reuniões sistemáticas vêm sendo feitas para a arrecadação de fundos e a definição de "no es confiáveis" que serão sustentados pelo setor para a defesa de seus interesses na Constituinte. Cálculos preliminares da área empresarial indicam que a eleição de um "constituente de confiança" custará, a preços de hoje, algo como Cz\$ 10 milhões. Só para a assessoria de relações públicas nessa fase preparatória dos trabalhos, os empresários estão pagando salários da ordem de Cz\$ 10 mil.

4

Na área rural, a articulação também é intensa. Alguns latifundiários mais ousados antevêm a possibilidade de elegerem uma "bancada fiel" de até 50 constituintes. Sua missão é clara: banir a reforma efetiva da nova Carta, e impedir qualquer mudança tributária que possa arranhar os privilégios do setor. H je, os proprietários rurais praticamente não pagam de imposto de renda, devido a isenções incluídas na chamada "cédula G" de suas declarações. Para lutar contra ameaças nesse área, eles não fixaram limites de gastos. Os líderes da articulação são Sérgio Cardoso e Flávio Menezes.

5

Os preparativos para a Constituinte, porém, não param aí. Inúmeros escritórios de **lobby** — com fachada de advocacia — estão sendo montados em Brasília com o objetivo explícito de assessorar grupos dominantes na defesa de seus interesses, antes e durante a Constituinte. Alguns desses escritórios são dirigidos por ex-notáveis da ditadura, como o antigo porta-voz de Figueiredo, o empresário Said Faraht. Sua empresa, a SEMPRA, foi contratada para prestar serviços às multinacionais do setor farmacêutico, mas já se prepara para agir também na futura Assembléia Constituinte.

Movimento operário precisa fortalecer o DIEESE.

6

O movimento operário, evidentemente, não vai competir nesse terreno com as armas da burguesia: ou seja, o dinheiro e a corrupção. Seu caminho é o da mobilização de massas. Mas não só. Os sindicatos e as lideranças políticas dos trabalhadores terão de organizar também uma assessoria competente, capaz de fazer

frente à massa de informações (e de manipulações) que irão municiar os porta-vozes da burguesia.

7

É fundamental que as lideranças operárias se conscientizem, por exemplo, da necessidade de transformar o DIEESE — Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos — numa grande central de assessoria. Fundada em 1955, após as greves vitoriosas de 1953, o DIEESE hoje já cumpre um importante papel na defesa do movimento operário contra as artimanhas dos empresários e do próprio governo.

8

Todavia, faltam-lhe condições estruturais para dar um salto no seu funcionamento, como exige o momento político. Existe, por exemplo, um plano de informatizar os serviços do DIEESE, estabelecendo ligações diretas — via computador — entre sua sede e sindicatos de todo o País. Não é preciso dizer o quanto isso facilitaria a troca de informações, bem como a preparação das lutas e das campanhas dos trabalhadores. Os computadores estão disponíveis, mas o DIEESE simplesmente não dispõe do espaço físico para instalá-los.

9

O DIEESE precisa de 1.500 m² para atender de maneira compatível as necessidades do movimento operário. Hoje, no entanto, ele ocupa uma área de apenas 300 m² no sindicato dos marceneiros, além de dispor de uma sala no sindicato dos químicos e de funcionar também, uma parte, num apartamento emprestado. É chocante a diferença entre a sua estrutura e a suntuosidade e amplitude dos escritórios que assessoram a burguesia. O movimento sindical tem recursos para modificar essa situação. Precisa decidir aplicá-los. E este mais que nunca é o momento certo. Só assim os trabalhadores poderão enfrentar de igual para igual as lutas políticas e econômicas dos próximos meses.

Claudio Cerri

Mais
Constituinte
nas páginas 10 e 11



Mais um belo arrocho salarial. O pacote da Nova República transforma em definitivas as perdas salariais do passado e não protege os salários contra os resíduos inflacionários do futuro. O Diretório Nacional critica detalhadamente o Decreto-Lei n.º 2.283, e conclama o povo a lutar pela sua revisão. Eis a síntese da nota do Diretório Nacional.

Reforma Monetária

O pacote econômico — ao contrário do que vem sendo divulgado pelo Governo e pela maioria dos meios de comunicação — impõe substanciais perdas salariais aos trabalhadores. O procedimento de conversão do salário mínimo pela média real significa manter o poder de compra desse salário num dos menores níveis da história das últimas décadas, conforme registra o DIEESE.

O valor atual do salário mínimo, de Cz\$ 804,00 (oitocentos e quatro cruzados), congelado por um ano, implica em que a razão mínima essencial (definida em 1938), agora custando Cz\$ 524,00 (quinhentos e vinte e quatro cruzados), passa a absorver 65% do valor desse salário, sem que estejam aí incluídos os gastos com aluguel, transporte, vestuário e outros.

Ampla parcela de trabalhadores, portanto, continuará submetida a uma situação de miséria absoluta.

As perdas salariais são extremamente pesadas também em relação ao conjunto das categorias de trabalhadores, por vários motivos, adiante enunciados. Um metalúrgico, que em fevereiro ganhava 3 mil cruzados, terá uma perda mensal de 612,71 cruzados em relação ao que ganharia se o reajuste fosse feito com base no IPCA. Um bancário, que em setembro de 1985 ganhava mil cruzados, se tivesse, em março de 1986, um reajuste de 105,49%, passaria a ganhar Cz\$ 2.054,90, mas que com os 62,44% que resultam da aplicação do pacote econômico do Governo, passará a ganhar apenas Cz\$ 1.624,40. A tabela de conversão salarial, que estabelece os índices para definição dos salários médios reais, desconsiderou a inflação de um mês (fevereiro de 86 = 1,000).

A “livre negociação”, prevista no pacote, não está associada a indispensáveis mudanças na legislação, especialmente liberdade e autonomia sindicais asseguradas pela aprovação da Convenção 87, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a garantia do direito de greve. O Decreto-Lei n.º 2.283 procura, textualmente, transformar em definitivas as perdas salariais do passado.

E, ainda mais grave: os salários estão sendo convertidos, de forma incorreta e subestimada, pela média real dos últimos seis meses, sem assegurar a reposição salarial integral desse período, quando se verificaram as mais altas taxas inflacionárias da história do País.

Mas os preços, os juros, a ORTN/OTN — esses foram convertidos pelo pico, isto é, pelos valores estabelecidos nos dias finais de fevereiro.

O PT considera que a grande maioria dos trabalhadores não aceitará esse arrocho salarial agora imposto pelo pacote do Governo assim que, ao receber seus salários de março, perceber as perdas sofridas.

O PT reivindica a revisão completa da política salarial embutida no pacote monetário, revisão que deve ser debatida e negociada diretamente com o movimento sindical, e especialmente com as Centrais Sindicais — CUT e Conclat.

Outra medida do pacote do Governo é a escala móvel de salários.

A escala móvel — reajuste automático de salário, desde que os preços atinjam determinado limite — foi sempre uma reivindicação do movimento sindical, nos períodos inflacionários, para ga-

rantir o poder aquisitivo do conjunto dos assalariados.

Mas a escala móvel de salários agora adotada no pacote econômico do Governo Sarney não tem nem esse significado nem esse objetivo. Longe de proteger os assalariados, a escala do Governo permite um arrocho adicional causado pela inflação residual, ao exigir que os preços se elevem 20% para só então ser acionada e aplicada. Esse limite de 20% — que poderia parecer razoável numa economia hiperinflacionada — torna a escala móvel de salários inoperante num quadro de controle rígido de preços.

O PT propõe que o limite da escala móvel seja substancialmente menor e que atenda às reivindicações do movimento sindical.

Outra velha aspiração dos trabalhadores é o salários-desemprego. O pacote monetário de Sarney instituiu algo semelhante, que é o seguro-desemprego. Mas o seguro-desemprego do pacote tem enormes limitações. Os critérios do pacote para classificar um trabalhador como desempregado são extremamente restritivos, e, por isso, uma parcela muito pequena de reais desempregados será beneficiada, enquanto a imensa maioria permanecerá à margem do sistema. Além disso, as demais condições para recebimento do seguro também restringem o seu alcance. Para poder receber o seguro-desemprego, o trabalhador terá de provar ter contribuído para a Previdência Social durante pelo menos 36 meses nos últimos quatro anos, ter registro em Carteira como assalariado nos últimos 6 meses, e ter sido dispensado do emprego há mais de trinta dias. Além disso, o

seguro só será dado ao desempregado que não tenha outra renda, nem receba outro benefício ou auxílio da Previdência Social. Ainda mais: o desempregado, para receber o seguro, não poderá recusar nenhuma oferta de emprego, e, mesmo assim, só terá o seguro-desemprego durante 4 meses. E, finalmente, o valor do seguro-desemprego: 50% do salário para quem ganhava até 3 salários mínimos, e um salário mínimo e meio para os que ganhavam além daquele limite.

O PT propõe a ampliação da abrangência do seguro-desemprego, a fim de atender a todos os desempregados.

Em relação ao congelamento de preços previsto na reforma monetária, o PT considera que o Governo assumiu um compromisso e conclama a população a organizar-se e lutar pela sua real efetivação, já que todos os que vivem de seu próprio trabalho aspiram a defender seus salários da corrosão inflacionária. Essa luta deve ser organizada e politizada para não permitir que se escamoteiem os verdadeiros responsáveis pelo custo de vida — os altos juros e as imposições da dívida externa.

O PT cobra do Governo medidas concretas para que o anúncio do congelamento se torne realidade, propondo a criação de Conselhos de Congelamento de Preços, em nível nacional, estadual e municipal, com a participação de sindicatos, associações de moradores, movimentos populares, cooperativas, etc. Esses Conselhos deverão ter a incumbência de: a) fixar os preços congelados; b) fiscalizar a aplicação do congelamento; c) receber e averiguar

denúncias de irregularidades na fixação ou na cobrança de preços congelados; d) encaminhar sanções aos violadores do congelamento.

O PT alerta a população de que, se tais medidas não forem adotadas, a especulação e o mercado negro se alastrarão e haverá perigo de colapso no abastecimento e perda de qualidade nos produtos.

Outra advertência que o PT se sente na obrigação de fazer é quanto ao risco de surgir uma inflação residual, ou uma inflação "oficial" baixa ou nula, enquanto preços reais altíssimos, cobrados clandestinamente, causarão a superexploração dos consumidores. É vital, portanto, uma correta apuração — através de um Índice de Preços ao Consumidor — da inflação real, que acabará afetando tanto os assalariados quanto os possuidores de FGTS, PIS/PASEP, e cadernetas de poupança, pois esses valores e os salários continuam sendo corrigidos.

Diante de todos esses fatores, o Partido dos Trabalhadores vem alertar a opinião pública sobre o verdadeiro caráter econômico e também sobre os objetivos políticos do pacote imposto pelo Governo Sarney nos últimos dias de fevereiro, sem nenhuma consulta ao Congresso e aos setores organizados da sociedade, e de forma tão arbitrária e antidemocrática quanto os decretos emitidos pelo regime militar.

O pacote estabelece um dos maiores arrochos salariais dos últimos anos, e, ao fixar a média salarial por baixo e os preços no pico, procura estabilizar a situação de flagrante injustiça e inegável penúria em que vive atualmente a imensa maioria da população.

Ao mesmo tempo, o pacote do Governo preserva o sistema financeiro ao não baixar as taxas de juros, e, com isso, mostra a quem procura beneficiar fundamentalmente: ao Grande Capital, em detrimento da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo em que tenta cristalizar a desigualdade entre preços e salários, o Governo conclama o povo a unir-se a ele numa espécie de cruzada nacional na fiscalização dos preços no varejo.

E, com isso escamoteia as verdadeiras causas da carestia e impede ou dificulta a luta pela reposição de perdas salariais já sofridas. Com tais medidas, a "Aliança Democrática" procura retomar a iniciativa no plano político, recompor suas forças, recuperar prestígio na base social, neutralizar e isolar os setores combativos do movimento popular, sindical e político-partidário, às vésperas de uma conjuntura eleitoral e constituinte.

Ao não romper com a subordinação da política econômica brasileira aos interesses dos banqueiros internacionais e do FMI, ao não permitir que os salários atinxissem o patamar dos preços para então estabilizar ambos, e ao não baixar a taxa de juros do sistema financeiro, o pacote econômico do Governo Sarney está destinado a ter efeitos muito limitados, e bem menores do que os propósitos espetacularmente anunciados.

Finalmente, o PT, ao manifestar sua oposição ao Decreto-Lei nº 2.283, reafirma que o pacote monetário apesar da impressão em contrário que está provocando nestes primeiros dias — não resolve, de maneira efetiva e duradoura, a maioria dos problemas econômicos do povo trabalhador, e, na verdade, lhe impõe sacrifícios.

Os trabalhadores têm sido sempre os sacrificados e não se conformam com perdas permanentes de sua renda real. E, portanto, farão lutas concretas tanto para impedir o aumento de preços quanto para tornar correto o cálculo do salário real e obter, nas negociações coletivas, os indispensáveis aumentos salariais. **O PT — além de conchamar seus filiados a empenharem-se nessas lutas — convida as demais forças políticas a batalharem, inclusive no Congresso Nacional, pela revisão substancial do Decreto-Lei nº 2.283. Por último, o PT reitera sua disposição de ampliar esforços para articular uma alternativa popular e democrática capaz de atender as aspirações da população por mudanças reais na sociedade brasileira.**

DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

São Paulo, 1 e 2 de março de 1986

O PRC E NÓS

O Diretório Nacional conclama a militância petista a lutar contra a orientação e a postura do Partido Revolucionário Comunista, e adverte sobre os riscos de violação de nosso regimento interno pelos que não seguem nossas normas de democracia interna e unidade de ação.

NOTA OFICIAL DO DIRETÓRIO NACIONAL

1. O PRC acaba de publicar um documento intitulado "O PRC e as eleições de 86", com os seguintes objetivos:

- Centralizar a intervenção do PRC nos eventos e nas lutas: eleições, congressos da CUT e da UNE, eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos da Capital de São Paulo, e campanhas salariais;
- Consolidar, politizar e desenvolver a imprensa legal do PRC, e implantar o jornal do seu Comitê Central;
- Dar início à sua própria formação de quadros;
- Dar um salto na questão das finanças, realizando uma campanha sob o lema "Ouro para o PRC".

2) É público e reconhecido que o PRC é um partido dentro do PT, com política e disciplina próprias. Não se trata, pois, de uma simples corrente de pensamentos que, no debate franco e aberto dentro do partido, procure o melhor caminho para a afirmação e a consolidação do PT como alternativa à dominação burguesa. Trata-se de uma corrente organizada que procura alcançar a hegemonia do PT para colocá-lo a serviço de seus próprios objetivos. Porém, embora esta situação seja grave por si mesma, o documento citado acima é ainda mais grave porque:

a) estabelece a os militantes do PT, que se alinham com o PRC, uma tática eleitoral pública, antes que o PT tenha democraticamente definido sua própria tática eleitoral;

b) estabelece nesta tática uma diretiva de candidaturas, coligações ou dobradas que se choça com muitas das diretrizes anteriores do PT, admitindo até mesmo que, para viabilizar os objetivos do PRC, seus candidatos acertem dobradas fora da legenda do PT;

c) estabelece claramente que sua intervenção dentro do PT visa, única e exclusivamente, alcançar os objetivos do próprio PRC, transformando o PT em simples frente institucional de massas. Com essa finalidade, estipula como tarefa realizar filiações em massa no PT, sob hegemonia e controle do PRC e em torno de seus candidatos, e realizar reuniões sob seu controle, apresentando as propostas políticas do PRC e propondo aos militantes do PT a militância no PRC.

3. Independentemente do mérito da tática eleitoral definida pelo Comitê Central do PRC, cuja análise e propostas são no mínimo muito discutíveis, não é possível ficar omissos ante a posição adotada em relação ao PT e seus militantes. Na prática, o PRC quer construir-se às custas do Partido dos trabalhadores, fazendo com que este seja um simples apêndice de sua política.

4. Frente a isto, o Diretório Nacional do PT — que sempre defendeu a liberdade partidária para todas as correntes políticas e ideológicas — chama toda a militância petista a lutar contra a postura deste partido dentro do PT, pela reafirmação da proposta básica do PT inscrita no seu manifesto, no seu programa e no seu estatuto.

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores reitera que práticas e decisões como essa do PRC, quando adotadas por petistas que sigam orientação desse partido, estão sujeitas às normas do Estatuto Regimento Interno do PT. Assim sendo, todo e qualquer filiado do PT, que seguir orientações não emanadas das instâncias petistas, estará sujeito àquelas normas que asseguram a democracia interna e a unidade política de ação do Partido dos Trabalhadores.

Diretório Nacional

AVISO DA SECRETARIA SINDICAL NACIONAL

- O II Congresso Nacional da CUT se realizará em agosto deste ano.
- Já foi aprovada a realização do Encontro Nacional de Sindicalistas do PT para os dias 16, 17 e 18 de maio deste ano, em São Paulo.

A Secretaria Nacional de Organização enviará circular com orientações e mais informações a todos os Diretórios Regionais e Municipais.



A CAMPANHA DE FILIAÇÃO...

Todo petista deve assumir um compromisso de filiar o máximo possível de trabalhadores e de sindicalistas

Uma das características importantes do PT é a sua estreita ligação política com o movimento sindical mais autêntico. É daí, por isso mesmo, que nasceu o nosso partido. Ele surge das grandes lutas sindicais travadas pelos trabalhadores a partir de 78, onde o enfrentamento com a burguesia e o regime militar demonstrou na prática as limitações do trabalho sindical.

O trabalho sindical exerce, sem dúvida, um importante papel na organização e na conscientização dos trabalhadores. No confronto do dia-a-dia da luta de classe, na defesa de melhores salários, de condições de trabalho dignas, na organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, é uma necessidade vital a presença do sindicato.

Porém, para que isto ocorra, é necessário uma constância firme e dedicada dos militantes, dentro dos sindicatos e nos locais de trabalho. O militante petista precisa fazer uma ligação do trabalho sindical com o trabalho de construção partidária.

Estamos em plena Campanha Nacional de Filiação. É o momento adequado de mostrar aos trabalhadores que o desdobramento da luta sindical e a luta política pela conquista do governo, e a partir daí o poder. E o instrumento da luta política é o Partido. Daí, a filiação no PT é uma tarefa que tem de ser encarada com responsabilidade e seriedade por todos os petistas.

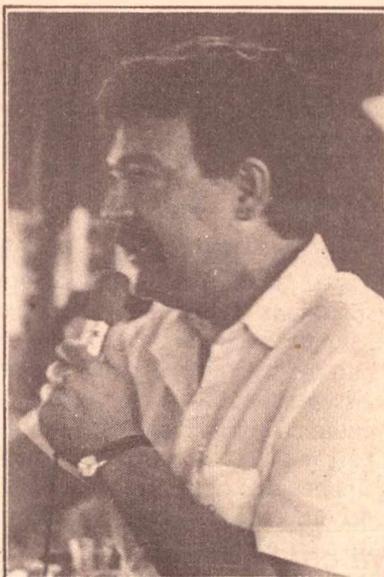
Um partido de massas só se constrói com muita dedicação, e a sua composição



Lia Junqueira — Movimento em Defesa do Menor

social é condição importante na definição de seu caráter classista.

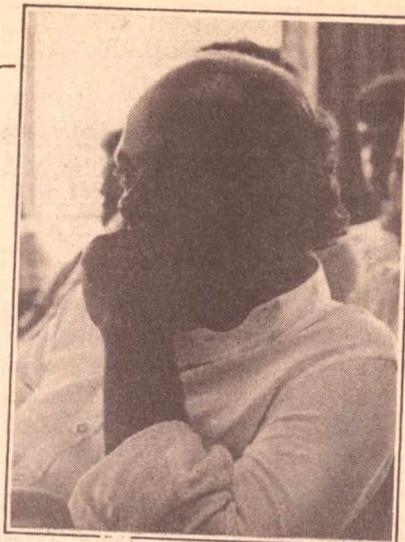
Assim sendo, todo petista neste momento tem de assumir um compromisso: dedicação total na Campanha Nacional de Filiação, filiando o máximo possível de



Lúcio Bellantani — comissão de fábrica da Ford

trabalhadores e de sindicalistas comprometidos com o trabalho sindical e o fortalecimento da CUT.

Paulo O. Azevedo
Comissão Executiva Nacional



Max Altam — advogado
Samuel Mac Dowell — Associação dos Juristas Democráticos

Seguindo a estrela

Graças ao seu compromisso com a luta dos trabalhadores e com os movimentos populares, o PT é o partido que mais cresce no Brasil. Agora, dando mais um passo em direção a sua consolidação como partido democrático e de massa, o PT coloca nas ruas sua Campanha Nacional de Filiação. Ela está sendo lançada por todos os diretórios regionais, nos Estados onde o PT está organizado.

Antes mesmo do início da campanha, já recebíamos a filiação do companheiro Paulo Renato Paim, secretário geral da CUT e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS).

Durante o lançamento da Campanha em São Paulo, dia 1º de março, os petistas lotaram um auditório da Câmara Municipal. Após a abertura feita por Irma Passoni - coordenadora nacional da campanha -, e Djalma Bom - presidente do Diretório Regional/SP-, os novos integrantes do partido foram chamados individualmente para assinarem suas fichas de filiação. Lula, em seu discurso de encerramento, ressaltou que, ali estavam presentes representantes dos setores mais importantes de composição do partido: Intelectuais, Trabalhadores, Estudantes e Parlamentares - 18 vereadores do interior do Estado entraram para o PT nesse dia.

Merecem destaque as filiações dos companheiros: Lúcio Bellantani da comissão de fábricas da Ford, Gilda Graciano - advogada da oposição metalúrgica de São Paulo, Carluchio Castanha Junior - também da oposição metalúrgica, Antonio Galdino - ex-presidente da Associação dos Aposentados de Jundiá, Max Altam - advogado, Lia Junqueira - presidente do Movimento em Defesa do Menor, Samuel Mac Dowell - secretário da Associação dos Juristas Democráticos, e Arnaldo Ferreira Santos - médico e vereador de Taubaté.

Esta campanha tem tudo para dar certo. Basta você, que vota no PT, apoiar suas lutas e simpatiza com suas propostas, dar mais esse passo em direção à estrela.

Marisa Lourenço

E A CAMPANHA DE FINANÇAS

Os planos para 1986

Cada vez que se fala em finanças surgem as broncas das tesourarias em cima dos parlamentares, como se estes fossem os únicos responsáveis pela sustentação de nossa estrutura organizativa e administrativa. Ninguém se lembra de ver se seu Diretório Estadual, Municipal, Núcleo ou o próprio companheiro estão em dia com o seu carnê de mensalidades e suas obrigações com as finanças do PT.

Tenho recebido sugestões de vários companheiros de que devemos ser mais duros e cobrar tais questões com energia, como se os petistas fossem irresponsáveis. Embora estejamos agindo assim, não creio que essa seja a melhor forma de resolvermos os problemas de finanças. Pelo contrário, acho que devemos tratar as finanças como uma questão política cuja importância é fundamental ao desenvolvimento do PT e cada petista deve ter consciência disto.

O nosso partido tem mantido, apesar das enormes dificuldades, uma política de coerência entre o discurso e a prática do dia-a-dia no movimento popular e no sindical, mas nas questões de organização e finanças não têm havido a mesma coerência, salvo raras exceções.

O PT fechou o ano de 1985 dentro do previsto no orçamento para o ano. O déficit de Cz\$ 81.054,80 e compensa-

do pela dívida dos diretórios que vai além dos Cz\$ 123 mil até dezembro de 85.

O ponto fraco são as dívidas dos Estados. Não há cumprimento por parte da maioria e, quando o fazem, deixam fora as contribuições dos 10% sobre as campanhas extras. Se os diretórios e o Partido de uma maneira geral não assumirem o Regimento Interno, colocando em prática o carnê, as cobranças, as carteiras de identificação e outras formas aprovadas pelo PT, é melhor mudar a sistemática e o Regimento Interno do que "ficar dando murro em ponta de faca" sem a mínima colaboração da maioria dos Diretórios e dos Filiados. É uma questão política e a Tesouraria sozinha não pode se responsabilizar.

Foram confeccionadas pela Tesouraria Nacional 10 mil agendas ao custo total de Cz\$ 95.200,00. Arrecadamos cerca de Cz\$ 120 mil, que foram destinados ao pagamento das primeiras parcelas da agenda, a gastos com transporte e despesas do Diretório Nacional. Temos para receber cerca de Cz\$ 22.000,00 em cheques pré-datados e cheques que foram devolvidos. Apesar das dificuldades apontadas e dos problemas de transporte, acreditamos que a Agenda PT-86 cumpriu sua finalidade de arrecadação financeira e de divulgação do partido.

Propostas para 1986

A Tesouraria Nacional propõe que até a Pré-Convenção Nacional esteja elaborada a CARTILHA DE FINANÇAS DO PT, onde deverá constar todas as questões de finanças, começando pela importância da Cartilha para o PT, pois vimos que nada adianta levarmos campanhas aos filiados e aos simpatizantes, se estes não têm uma clara orientação e incentivo dos dirigentes petistas. A Cartilha deverá abordar, também, as questões legais, toda a legislação vigente, bem como a Lei Orgânica dos Partidos, e o Regimento e Estatuto do PT sobre as finanças.

Outra questão é o carnê bancário elaborado a nível nacional. Esse carnê que deverá ser estudado junto aos bancos estatais, já deverá transferir direto ao Diretório Nacional os 10% das contribuições dos Diretórios Regionais.

As sugestões de diversos Diretórios e filiados, assim como a experiência acumulada até agora servirão de base para a apresentação de propostas na Pré-Convenção Nacional.

Clóvis Ilgenfritz da Silva
Tesoureiro Nacional

O Boletim Nacional desculpa-se por não ter dado o nome do Deputado Eduardo Jorge — espancado pela polícia paulista ao tentar entrar no prédio da prefeitura — na foto da primeira página do BN nº 16. Aproveitamos para informar que o título do artigo de Isabel Picaluga sobre a Secretaria Sindical no Rio de Janeiro, publicado nessa mesma edição, foi redigido pelo BN.



PT X IMPRENSA

NÃO PISE NA BOLA

A nova conjuntura impõe aos petistas uma conduta mais responsável perante a imprensa. Eis um decálogo para o que poderia ser essa conduta.

Tem sido freqüente, nos últimos meses, a divulgação pela imprensa de notícias ou entrevistas de dirigentes petistas, cujo conteúdo, muitas vezes pela manipulação dos jornais, desorienta os militantes e acaba se voltando contra o próprio PT.

Já não bastasse o fato de o PT ainda não dispor de veículos de comunicação ágeis e de cobertura nacional — o que converte os veículos da grande imprensa em porta-vozes informais do partido — agrava o problema a nova dimensão que o PT assumiu, após as eleições de novembro de 1985.

A conquista da Prefeitura de Fortaleza, as expressivas votações em várias capitais, o impacto da campanha eleitoral, nossa presença crescente junto às lutas dos movimentos sociais, a expansão da influência da CUT, tudo isso contribuiu para que a imprensa fosse levada a adotar, em relação ao PT, uma dupla postura: de um lado, em função de seus códigos internos e de seus "compromissos" com o público, é obrigada a ampliar os espaços informativos que normalmente concedia ao PT; por outro lado, movida pelos interesses da classe que representa, utiliza todos os mecanismos possíveis para distorcer as mensagens petistas, impondo-se como único limite não comprometer sua credibilidade junto à sociedade, que vê a imprensa como "imparcial, objetiva e verdadeira".

Nessas circunstâncias, cada um de nós, militantes e dirigentes petistas, deve compenetrar-se da responsabilidade que nos cerca quando nos manifestamos publicamente, ainda que em caráter

pessoal. Daí ser necessário levarmos em conta algumas normas de comportamento para que nossas declarações e entrevistas sirvam para divulgar as posições do PT e não se prestem às manobras de contra-informações dos adversários.

Sem pretender esgotar o assunto, mas simplesmente com o objetivo de chamar a atenção para o relacionamento com a imprensa, aqui vão algumas recomendações:

1) O PT defende o direito social à informação, ou seja, o direito de a sociedade toda divulgar e ter acesso a qualquer tipo de notícia por qualquer tipo de veículo, reconhecido ou não pelas autoridades. Isto quer dizer que o PT não se deve negar a prestar informações à imprensa. Ao fazê-lo, contudo, não está obrigado a curvar-se aos interesses de quem quer obter determinada informação;

2) Devemos sempre receber a imprensa, mas na divulgação de uma informação, é preciso levar em conta o **tempo oportuno** (do nosso ponto de vista) e a **extensão** da notícia (o que dizer, que detalhes mencionar, o que mencionar etc.)

3) Não existe informação **neutra**; ela sempre serve a alguém. Eis porque sempre devemos nos perguntar, antes de qualquer declaração ou entrevista, a quem pode interessar a divulgação deste ou daquele fato;

4) É importante, quando procurado pela imprensa, divulgar

algum tipo de informação que interesse ao PT, mesmo que não seja a notícia inicialmente buscada pelo jornalista;

5) Nunca se deve confundir o jornalista, trabalhador assalariado e explorado, com a empresa para a qual ele trabalha. Esta função, além de incorreta num partido de trabalhadores, incompatibiliza o PT com os profissionais e gera antipatias que só tendem a nos prejudicar. É fundamental manter um relacionamento pessoal e profissional de respeito com os jornalista;

6) Tomar cuidado com as declarações "em confiança" ou "em off". Os jornalistas, por ideologia ou dever de ofício, assumem um compromisso com a informação e, uma vez de posse dela, não vêm por que escondê-la de seu público;

7) Comentários ou declarações informais em rodas de amigos, em locais públicos e na presença de imprensa, podem igualmente ser tomadas como informação pelos jornais e, portanto, divulgadas, independente da vontade do emissor;

8) Nunca fazer declarações a propósito de entrevistas alheias (principalmente quando se tratar de companheiros de partido) antes do pleno conhecimento do teor das informações. É prudente consultar previamente quem deu a entrevista para assegurar-se do que realmente foi dito. Nem sempre o que sai na imprensa reflete com fidelidade declarações de quem as prestou;

9) A precisão na informação é vital. Se necessário, pedir ao jornalista para repetir o que disse-mos. É bom lembrar que um desmentido ou retificação nunca tem o mesmo impacto (ou o mesmo espaço/tempo) que a informação original;

10) A entrevista coletiva (sempre preparada com antecedência) e a nota oficial são recursos que os dirigentes petistas devem utilizar com maior freqüência. Além de atingirem um maior número de veículos de comunicação, essas formas de divulgação envolvem mais companheiros na elaboração da informação. Ao coletivizar a informação que se quer divulgar, dá-se mais conteúdo político à notícia e amplia-se a responsabilidade da divulgação.

Se a nova conjuntura impõe aos petistas uma conduta mais responsável perante a imprensa, é também verdade que precisamos vencer, ao plano interno, o desafio da informação. Partido de massas e de lutas, agora credenciado como alternativa de governo, o PT deve urgentemente aperfeiçoar e multiplicar seus canais de divulgação. Afinal, uma correta, ágil e massiva difusão de informações por todas as instâncias do partido, se não exclui totalmente as possibilidades de manipulação pela grande imprensa, é uma das armas mais poderosas para manter a coesão entre os militantes e para alargar a democracia partidária.

CONSTITUINTE SEM POVO
NÃO CRIA NADA DE NOVO.



Plenário Pró-participação
Popular na Constituinte

DISCUTINDO A CONSTITUIÇÃO

Fábio Konder Comparato propõe a ruptura definitiva com o regime militar e a construção de um sistema de efetiva soberania popular

O jurista Fábio Konder Comparato redigiu, por solicitação da Direção Nacional do PT, um anteprojeto de Constituição, que servisse de base para um debate abrangente, pelo próprio Partido e pelos vários segmentos que constituem a nossa sociedade. Esse debate possibilitaria a elaboração de um projeto realmente popular que possa ser confrontado, mostrando o outro lado da moeda, com aqueles elaborados, primeiro, pela comissão dos chamados notáveis, nomeados pelo presidente José Sarney e, depois, pelos representantes das classes comprometidas com a transição liberal burguesa.

O projeto elaborado por Fábio Comparato traz uma série de inovações, buscando abrir caminho para o estabelecimento de um regime político capaz de descortinar amplas perspectivas para a construção de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária.

Dentro dessa orientação, o projeto norteia seus dispositivos em três linhas principais: a) ruptura definitiva com o regime militar, desaparecendo o Conselho de Segurança Nacional, e destinando-se às Forças Armadas, exclusivamente, a segurança externa do País; b) promoção de efetiva soberania popular, com a ampliação do quadro de sua atuação não só no terreno especificamente jurídico, mas, por igual, no campo legislativo, constituindo-se em canal para apresentação de projetos de lei, quando as instâncias normais não funcionarem a contento; c) a instituição de um órgão de planejamento a nível nacional e regional, onde se encartam as reformas estruturais imprescindíveis para que sejam alcançados os reais objetivos nacionais, como a Reforma Agrária, o Plano Educacional e os demais planos voltados para o desenvolvimento do País como um todo.

A dinâmica do planejamento será levada por uma Superintendência Nacional de Planejamento, cujos executivos serão indicados a partir de listas organizadas

pelo Conselho Nacional de Planejamento, do qual participem representantes de categorias profissionais e de grupos sociais, e levados ao crivo do Congresso. O planejamento será vinculante para toda a Administração Pública, direta ou indireta.

O presidente da República, eleito pela via universal e direta, terá nos ministros de Estado os executores da política administrativa do governo federal, os quais deverão apresentar seus programas de ação ao Congresso, para que os aprove.

O Congresso bicameral (Senado e Câmara) terá funções de efetiva fiscalização, passando a controlar os atos do Executivo. Nesse particular, surge a obrigatoriedade de, quando convocados pelo Congresso, comparecerem os ministros de Estado e até presidentes de tribunais. As CPI não terão empecilhos no seu funcionamento.

No Poder Judiciário serão feitas propostas que irão permitir a sua modernização. Extingue-se a Justiça Militar em todos os níveis, com a consideração de que num regime democrático, e para efeitos penais, não deve haver distinções entre cidadão uniformizado e civil. Somente as penas disciplinares podem ser impostas pela hierarquia militar, como acontece a nível das repartições

públicas, onde os funcionários são punidos pelos respectivos chefes mediatos e imediatos. Por igual é extinta a Justiça Federal de primeira instância, que se demonstrou, ao longo dos anos que se seguiram à sua criação pelo governo militar, total incapacidade de decisão. O déficit que hoje existe está a demonstrar, claramente, a impossibilidade de sua manutenção. Na Justiça do Trabalho, serão suprimidos os juizes classistas.

No que diz respeito ao trabalho e previdência social, não faz depender de regulamentação a liberdade sindical e inscreve a greve como uma das liberdades fundamentais do homem. Estende os direitos trabalhistas aos funcionários públicos. Estabelece a estabilidade e o seguro-desemprego. Prevê a participação dos trabalhadores nos órgãos da previdência social.

No setor da Educação, propõe a real democratização do ensino básico, gratuito e obrigatório, dos 6 aos 14 anos. O ensino particular subsiste, apenas, quando promovido sem fins lucrativos. Todos deverão ter acesso à saúde e à assistência social, com gratuidade a quantos não abrangidos pela previdência social.

No terreno das comunicações, as empresas — jornais, periódicos, canais de rádio ou de TV —

só poderão ser administradas por entidades sem fins lucrativos ou fundações públicas ou privadas, devendo, ainda, constar, nos órgãos de administração, de representação eleita por jornalistas, até a metade de sua composição.

E os canais ou faixas de ondas somente poderão ser concedidos por um órgão normativo autônomo, composto, na proporção de um terço cada, de representantes do Executivo, de empresas e dos sindicatos de jornalistas.

Os indígenas terão direito à identidade cultural. Não se tem, por exemplo, o direito de “civilizar” os povos indígenas. Esta é uma opção exclusiva das nações indígenas, as quais têm direito exclusivo e usufruto permanente das terras onde se localizaram. Não haverá nessas terras lavras de minerais.

É também prevista a representação política dos povos indígenas.

Em linhas muito gerais, ai estão, para uma primeira reflexão, os pontos básicos do projeto de constituição que será levado ao PT, para que, da conseqüente discussão, se tirem as nossas idéias para um projeto popular que aperfeiçoe a sociedade brasileira, fazendo-a democrática, mais justa e mais igual.

Hélio Bicudo
do Diretório Nacional

UMA EDUCAÇÃO LIVRE, GRATUITA E CRIATIVA

O próximo Congresso terá por função maior a elaboração de uma nova Constituição. Na estratégia das elites, que tomaram o poder através do Colégio Eleitoral, essa Assembléia Constituinte terá por objetivo fortalecer politicamente o atual bloco de poder, impropriamente chamado de “Nova República”. Na estratégia daqueles que visam construir uma República verdadeiramente

democrática, a Constituinte, se não resolver todos os seus problemas, poderá, pelo menos, representar um passo à frente na organização popular. Entre esses encontram-se os educadores.

A Constituinte é, por si mesma, um grande processo de formação política popular e de conscientização. O debate da Constituinte mostrará particularmente as incidências da Constituição na

vida cotidiana de cada pessoa.

A Aliança Democrática, na defesa de seus interesses, representados na institucionalização da República burguesa, procurará sustentar o Anteprojeto de Constituição, preparado pelos cinquenta “sábios” que formam a Comissão de Estudos Constitucionais. Através da criação dessa Comissão, o governo tentou esvaziar qualquer forma popular de

participação, eliminando a possibilidade, entre outras, de convocar Assembléias Municipais, como o PT havia proposto.

Por outro lado, a extrema direita, representando os interesses do poder militar-industrial, procurará sustentar ainda as leis arbitrárias do regime autoritário.

Como trabalhadores, os educadores têm em primeiro lugar o objetivo de se empenhar na **luta principal** de todo o povo brasileiro que é a **ruptura** com o regime político vigente; mas tem também uma **luta específica** que se refere à importância que será atribuída à educação e à cultura nesta 9.ª Constituição brasileira.

No que toca à educação, a questão da **liberdade de ensino** certamente ocupará grande espaço, porque é a questão que mais tem sido debatida no interior do movimento dos profissionais da Educação, desde 1946, quando se iniciou o debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta lei, promulgada em 1961, acabou favorecendo o ensino privado.

Os liberais vão continuar sustentando que a família deve ter o

direito de escolher a escola que deseja para os seus filhos. Daí que a Constituição, segundo eles, deveria garantir o que chamam de “liberdade de ensino”, e que se traduz, na prática, pela comercialização da educação. O argumento dos “privatistas” é que a escola pública acaba na burocracia e que não atende nem quantitativa e nem qualitativamente as necessidades da população. Com isso, os liberais acabam desobrigando o Estado de oferecer ensino público e gratuito, de boa qualidade, para todos.

A Nova Constituição em nada avançará em relação às anteriores em matéria de educação, se não se definir claramente em relação a esta questão, e obrigar o Estado a implantar definitivamente o ensino básico e eliminar toda forma de exploração comercial do ensino.

A tornar público e gratuito todo o ensino gradualmente, a começar pelo ensino de primeiro grau, é uma reivindicação muito antiga de pais e professores. Hoje deve-se acrescentar a necessidade de criação de um sistema de **pré-escolas e creches**, para facilitar a

vida da mulher que trabalha, principalmente na periferia, nos bairros e locais de trabalho, com participação e controle dos beneficiados.

A gratuidade já existe hoje, para o ensino de 1.º grau. Só que é uma **gratuidade passiva** que convive com 8 milhões de crianças fora da escola. É preciso uma **gratuidade ativa** que estimule, até através de um salário, se for preciso, a permanência na escola principalmente daqueles que têm de abandoná-la porque precisam trabalhar.

Nisso a Constituição não pode resumir-se a vagas declarações de princípio.

Por outro lado, deve-se superar a atual **concepção conservadora e burocrática**, estimulando o nascimento de uma escola crítica e criativa, centro irradiador da cultura e garantir a participação de pais, alunos, professores e funcionários nas decisões da política educacional e na administração dos sistemas de ensino.

Finalmente, por mais belas que sejam as declarações constitucionais, as autoridades burguesas não tomarão as medidas concre-

tas que consigam assegurar uma educação democrática. Só a luta dos educadores e dos trabalhadores poderá assegurar, no futuro, o cumprimento de qualquer preceito constitucional. Daí que o mais importante seja fazer desse “momento constituinte” o momento da organização popular.

Moacir Gadotti
Fundação Wilson Pinheiro



QUEM SABE FAZ A HORA

A Secretaria de Formação Política começa a dar os primeiros passos para uma ação nacional de formação de quadros e educação política. Eis o porquê dessa iniciativa.

A presente conjuntura está pressionando como nunca os militantes do PT. O partido, com os resultados das últimas eleições e o crescimento das lutas sociais, transformou-se numa força verdadeiramente nacional, com todas as conseqüências que isso pode significar. Não é por acaso que a burguesia vem concentrando seus ataques no PT e em suas lideranças.

A nova dimensão conquistada pelo partido colocou-o ante novos e maiores desafios. Conjuntamente, ele tem de enfrentar a luta pela ampliação da participação popular na Constituinte e pela conquista de espaços democráticos mais largos na nova Constituição; tem de empregar uma tática eleitoral que permita ao partido, ao mesmo tempo, disputar, para vencer, alguns governos estaduais, e eleger bancadas representativas no Senado, na Câmara Federal e nas Assembléias Legislativas; e, tem de associar todas essas lutas de cunho institucional com as demais de caráter econômico, social e político, que os trabalhadores enfrentam hoje: reforma agrária, suspensão do pagamento da dívida externa, trimstralidade salarial, jornada de

40 horas semanais e assim por diante.

Mas os desafios do PT não se limitam aos problemas conjunturais. A definição dos elementos de um programa socialista, a necessidade de estabelecer os critérios para a aliança de classes entre operários assalariados e outros setores trabalhadores, como os pequenos proprietários rurais e urbanos, os intelectuais e a classe média assalariada, e a definição das características do PT como partido de trabalhadores, democrático e de massas, que luta pela transformação socialista da sociedade brasileira, são questões de fundo que avivam um debate cada vez mais intenso dentro e fora do partido.

Tudo isso vem obrigando os militantes a exigirem bem mais do que informações. Eles não se contentam mais em estar informados sobre as bandeiras de luta do partido, em saber que o PT apóia a luta pela Constituinte, contra a dívida externa e pela reforma agrária. Eles sentem necessidade agora de compreender por que o partido participa de tal ou qual movimento, e quais os fundamentos econômicos, sociais e políticos dessa participação. Ca-

da vez mais os militantes parecem convencidos da necessidade de possuir ferramentas teóricas que os ajudem a analisar a situação e a orientar-se no complicado processo da luta de classes e de construção do partido.

Essa situação tem suscitado um crescente afã de formação política. Multiplicam-se as iniciativas e as solicitações de cursos, seminários, palestras, debates e grupos de estudo. O conhecimento teórico vai deixando de ser um privilégio de intelectuais para transformar-se em importante instrumento da atividade política de todos os militantes.

Abre-se assim, para o partido, a possibilidade de aproveitar toda essa potencialidade para consolidar um processo permanente de formação política. Principalmente porque essa não é uma necessidade estritamente conjuntural. O PT possui poucos quadros a nível nacional e regional em condições de dar conta de todas as demandas partidárias e do movimento social e político. As mudanças conjunturais, por serem muito dinâmicas e colocarem sempre novos e diferentes desafios ante o partido, somente fazem agravar essa lacuna que só uma adequada

formação política pode cobrir.

Em síntese, a formação política tem por base necessidades objetivas muito claras: preparar militantes para a ação do dia-a-dia, dando-lhes sustentação e ferramentas ideológicas e políticas; fazer avançar a luta ideológica e política dentro e fora do partido, como instrumento importante no esclarecimento das diferentes posições e propostas existentes; construir o PT em todos os sentidos; e capacitar o partido para a conquista e o exercício do poder político.

Vista assim, a importância da formação política não é muito difícil de codificar. Entretanto, levá-la à prática resulta uma tarefa complexa que exige a participação, o esforço e a motivação de todos os militantes, núcleos e diretórios. E isso é particularmente verdadeiro quando se sabe que, apesar dos avanços, ainda são muito vivos dentro do partido certos preconceitos contra o estudo e a teoria, e ainda não se acumulou suficiente experiência neste terreno para realizar um trabalho de formação na dimensão que o PT precisa.

Wladimir Pomar



URGENTE

Os acampados da Fazenda Annoni precisam da sua contribuição

Entramos o ano lutando por nossos direitos e precisamos do apoio de toda a comunidade. Nossas condições são precárias e não temos recursos para cuidar da saúde. Por isso estamos fazendo um apelo aos companheiros para que colaborem conosco enviando medicamentos.

Medicamentos necessários:

ANALGÉSICOS, ANTITÉRMICOS, ANTIESPASMÓDICOS, ANTIACIDOS, GOTAS OTOLÓGICAS, MIORRELAXANTE MUSCULAR, ANTIDIARREICO, ANTIGRIPAIS, COLÍRIOS PARA CONJUNTIVITE, SULFADIOZINA, TEOFILINA, BERMÁCIA, DESCON, NALDECON, POTASSIO, PERMANGANATO DE POTASSIO, SULFAMETOXAZOL TRIMETROPRIMA, ÁGUA OXIGENADA, SERINGAS, MERCUROCROMO, MERTHIOLATE, LUVAS, POMADAS (antiassaduras e antimicóticas), CREME VAGINAL, ESPARADRAPO, ÁGUA BORICADA, SORO HIDRAFIX, PLASIL e também LEITE DE SOJA (Novo Milk).

Os medicamentos podem ser enviados aqui para a sede nacional do PT — Rua 11 de Junho, 260 — Vila Clementino — CEP 04041 — São Paulo. Qualquer contribuição será de grande valor para esses companheiros.

VENDO, pela melhor oferta, as seguintes coleções:

Revista Brasiliense — do n.º 1 ao n.º 51 (faltando 10 números)
 Revista Anhembi — 34 volumes entre os números 20 e 142
 Revista Civilização Brasileira — do n.º 1 ao 22, faltando apenas os números 11, 12 e 13
 Revista Estudos Sociais — 8 exemplares entre os números 1 e 19
 Revista Les Temps Modernes — 20 exemplares de 1968 a 1973.

Os interessados devem tratar com este jornal — fone: 575-2299 (011). Rua 11 de junho, 260, Vila Clementino — CEP 04041 — São Paulo — SP



NICARÁGUA Um povo e sua História

“Nicarágua — Um Povo e sua História” (Edições Paulinas — SP) é o novo livro dos jornalistas e escritores paulistas Marco Antônio Piva e Márcia Cruz Piva, que viveram por três anos a experiência da Revolução Popular Sandinista. Os autores mostram, em 124 páginas, a história da luta antiimperialista do povo nicaraguense, da colonização espanhola até as eleições de 1984. O livro está à venda nas livrarias das Edições Paulinas em todo o Brasil ou pela Caixa Postal 45052 CEP 04010 São Paulo — SP.

Fidel e a Religião

Ainda restam alguns exemplares do livro “Fidel e a Religião” à venda na Sede Nacional do PT por apenas Cz\$ 45,00 (sem incluir despesas de correio).

Mande o seu cheque para o Partido dos Trabalhadores, à Rua 11 de Junho, 260 — CEP 04041 — São Paulo SP, e receba seu livro em casa.

Atenção: Não trabalhamos com reembolso postal. Na compra de 5 unidades, você recebe 10% de desconto.

BRASIL Extra

Também está a venda, na sede nacional do PT, uma edição especial do jornal **BRASIL Extra**, sobre o PT nas eleições de 1985, por apenas Cz\$ 5,00.

REFORMA AGRÁRIA, JÁ!



Reforma Agrária, Já!

Meta a cara... na cartilha da Reforma Agrária.

Adquira, leia e divulgue.

À venda na Sede Nacional por apenas Cz\$ 3,00 (sem incluir despesas de correio).

Rua 11 de Junho, 260 — CEP 04041 — São Paulo (SP).

Linha Sindical do PT

Por apenas Cz\$ 3,00 você compra a cartilha da Linha Sindical, contendo as resoluções tiradas no Encontro Nacional Sindical (Diadema — 1985). Ela pode ser encontrada em todos os diretórios, ou na Sede Nacional (Rua 11 de Junho, 260 — CEP 04041 — São Paulo-SP). O preço de revenda para os diretórios é de Cz\$ 1,00.

Política em 5 lições

A Fundação Wilson Pinheiro, atendendo oportuna sugestão da Editora Mercado Aberto, com quem mantém convênio para a série Tempo de Pensar, lançou uma coleção de 5 fac-símiles sobre: Política Cultural, Política Municipal, Política Agrária, Política Urbana e Política da Constituinte.

A coleção está a venda na FWP a Cz\$ 18,00 cada volume. Faça a sua encomenda: Rua 11 de Junho, 260 — Vila Clementino — CEP 04041 — São Paulo (SP) — fone: 575-3764.



Política Cultural

Uma política cultural não é algo irrelevante ou de menor importância, visto ser ela um instrumento fundamental de legitimação do Estado contemporâneo e de perpetuação da ideologia dominante. Assim sendo, cremos que cabe a um partido de trabalhadores discutir, elaborar e pôr em prática uma outra política cultural capaz de questionar pela raiz as políticas culturais existentes.

Política Municipal

Procurando colaborar na análise do tema da política municipal — tema decisivo na hora política em que vive o País, fornecemos, também, elementos significativos para a construção de alternativas políticas que contemplem os anseios dos trabalhadores por uma sociedade sem exploração e democrática.

Política Agrária

A medida que os trabalhadores lutam pela conquista de seus interesses imediatos, todos eles dentro dos limites da ordem social capitalista em vigor, se dão conta, pela própria experiência, que possuem aspirações maiores de se verem livres de toda exploração e opressão.

Política Urbana

A falta de planejamento das grandes cidades do mundo inteiro, especialmente nos chamados países do Terceiro Mundo, longe de constituir um elemento demonstrativo de incapacidade das elites dirigentes, é mais uma alternativa que tais elementos sociais encontram para ampliar seu domínio e sua exploração sobre as demais classes.

Política Constituinte

Devemos estar atentos ao duplamente da campanha pela Constituinte, livre, democrática, soberana e exclusiva. Atentos aqui, significa participar direta e permanentemente do processo constituinte e não ficarmos à margem apenas como observadores ou seus eventuais críticos.

Temos, enquanto povo trabalhador marginalizado das rodas de decisão do País, experiências amargas a esse respeito que convém não esquecermos, exatamente para evitar que se repitam.

Uma cortina de silêncio cerca o tratamento não convencional do cientista capixaba Augusto Ruschi, pelos caciques Raoni e Sapaim. Sobre essa cortina de silêncio, recebemos a seguinte correspondência do nosso companheiro Vitor Buaiz:

Companheiros: Ai vai um artigo para ser publicado no nosso Boletim Nacional sobre um assunto que foi motivo de polêmica na classe médica.

Na verdade o receio de se perder o **Poder Médico** é muito grande, daí a resistência a qualquer tipo de terapia alternativa nas mãos de leigos, mesmo que ela dê certo. Estive com Rogério Medeiros dia 1º de março na casa do professor Ruschi, e a melhora de seu estado geral é evidente, nunca mais teve hemorragias e conseguiu concluir, nos últimos 30 dias, nada mais nada menos do que três trabalhos de pesquisa. Estou tentando a publicação deste artigo em jornais médicos, mas acho que não vou conseguir. Um colega renomado que é amigo do Ruschi, pelo simples fato de ter dito na imprensa do ótimo resultado da "pajelança", foi inquirido em sessão secreta pela diretoria do CRM-ES. Acho que esse debate tem de chegar aos petistas.



BENDITA PAJELANÇA

Depois do sofrimento de Tancredo Neves no Instituto do Coração, cercado de toda a parafernália tecnológica, nada como uma pajelança para lavar a alma do brasileiro. Mais chegado ao candomblé do que as filas do INPS, o povo acompanhou de perto o ritual de limpeza do corpo e do espírito do cientista capixaba AUGUSTO RUSCHI. Do mesmo jeito que se lavam as escadas do Bonfim, em Salvador, para afastar os maus espíritos, os pajés RAONI e SAPAIM, dentro da humildade e da simplicidade que caracterizam os índios ainda não aculturados pela FUNAI, se propuseram a retirar do corpo de Ruschi o veneno do sapo, da espécie dendrobata, contraído durante viagem à Amazônia. E este veneno poderia ser chamado de álcool, antibiótico, quimioterápico ou qualquer outra droga que o homem branco costuma inocular em seu organismo, tentando "afogar" as doenças orgânicas ou psíquicas.

Isto foi o suficiente para que a Medicina, sentindo-se ameaçada do alto de seu pedestal, levantasse a voz em coro, gritando aos quatro ventos: "Abaixo o curandeirismo". O que não dizer então dos inúmeros charlatões — com diploma e tudo — espalhados por este país afora, dos balconistas de farmácias que prescrevem a torto

e à direita, das empresas multinacionais que despejam no mercado do Terceiro Mundo drogas de efeitos duvidosos e, muitas vezes, deletérios, o que não dizer da propaganda indiscriminada de remédios e cigarros pela televisão.

O que faria você, doutor, se fosse surpreendido por uma cirrose hepática e desenganado por seus próprios colegas?

Não temos dúvidas de que ainda não estamos preparados para a vida, muito menos para a morte. Somos uma elite privilegiada que quer fazer uso da Ciência como forma de poder. Estamos enclausurados dentro de uma visão sectária de que só existe uma Verdade. Desconhecemos mesmo a existência das dezenas de formas alternativas de terapia, muitas

delas oriundas, da milenar Medicina Oriental. Quantos de nós ignoram os efeitos benéficos da Homeopatia, da Medicina Natural e da alimentação equilibrada!

O pior cego é aquele que não quer ver. O homem é apenas uma pequena partícula no Universo cósmico, e como tal deve se recolher a sua insignificância. Não vemos por que temer a concorrência daqueles que usam simplesmente a sua energia potencializada para exercer a **arte de curar**. Não existe nenhum interesse em provar que este ou aquele método são melhores do que os que aprendemos na Faculdade, mesmo porque, uma das características marcantes dos que se utilizam de meios naturais para aplacar o sofrimento do próximo é a solidariedade fraterna, acrescida de

um despojamento dos bens materiais.

Abramos nossa mente ao desconhecido, deixando fluir a força energética que vai canalizar os novos rumos da Humanidade. Os velhos caminhos já sabemos onde vão levar: à destruição e à esterilidade.

Bendita pajelança, que abriu os olhos do mundo para um retorno às origens, à natureza, que nos oferece gratuitamente todos os bens terrenos.

Graças vos damos, soberanos pajés, por despertarem novamente na **inteligentzia** nacional o instinto de preservação da espécie. Concedemo-lhes simbolicamente o título de Doutores do Saber.

Benditos e bem-vindos.

Vitor Buaiz

UNIDOS CONTRA O PT

Sarney ordena aos capitães da burguesia paulista que se unam na campanha para governador de São Paulo. Ermírio de Moraes convocado para a luta. Montoro admite aliança até mesmo com... adivinhem com quem? Com Jânio Quadros, o tal que era preciso derrotar a qualquer preço. Porque toda essa movimentação? Muito simples: as pesquisas de opinião estão dando 37 por cento das intenções de voto a Suplicy. Quércia vem depois com 32 e Maluf em terceiro com apenas 20 por cento. De forma que a palavra de ordem é burgueses uní-vos contra o PT. Para quem duvida dos números, pergunte à DPZ. A propósito, a pesquisa é pós-pacotão. BK



Eles seguiram a estrela

Itaituba (PA), 17 / fev. /86.

Companheiros,

Comunicamos que o vereador Miguel Ovídio Corrêa Batista, eleito pelo PMDB em 1982, sendo inclusive um dos vereadores mais votados, aderiu recentemente ao Partido dos Trabalhadores, que passa a ter um representante na Câmara Municipal de Itaituba.

O referido companheiro é bem-vindo ao nosso Partido e juntos vamos fazer a estrela subir. PT Saudações.

Ana Socorro Rodrigues
Secretária do Diretório Municipal de Itaituba

Pombal (PB), 10/dez/86

Companheiros, com muita alegria vimos comunicar aos editores do Boletim Nacional, a adesão do vereador Pedro Celestino Dantas Filho (do PMDB desta cidade) aos quadros do nosso partido. Trata-se de um jovem atuante, dinâmico e que sempre esteve comprometido com a causa dos trabalhadores mais humildes e dos marginalizados desta terra. Podemos adiantar que ele representa uma filiação valiosa... Temos, deste modo, o primeiro vereador petista do Estado da Paraíba.

João de Almeida Martins
presidente do PT/ Pombal



"Partido vivo"

Sousa (PB), 10/fev/86.

Com o objetivo de esclarecer e até de levar a sua proposta aos trabalhadores de Sousa e região, foi que o PT, de Sousa, realizou no dia 1º de fevereiro, no centro da cidade, uma grande manifestação pública, onde foi questionado o problema da Reforma Agrária, Constituinte, crédito agrícola, a praga do bocado, além dos problemas gerais da sociedade que a Nova República prometeu resolver e não resolveu. Usaram da palavra delegações das cidades de: João Pessoa, Pombal, Cajazeiras, Antenor Navarro e do distrito de Aparecida. Também os trabalhadores do campo e da cidade participaram, colocando e questionando a competência do governo Sarney e as dificuldades de viver em uma sociedade massacrada pelo capital.

Este não foi o primeiro evento promovido pelo PT, vários outros foram realizados, de forma que o PT aqui já é esse partido vivo em nossa cidade e região, destacado nos movimentos populares de nossa cidade, seja na luta junto aos trabalhadores sem terras, nas lutas estudantis, nas lutas sindicais e até nas denúncias constantes contra as injustiças sociais.

José Alves Formiga
PT de Sousa (PB)

Europa, a cooperativa de jovens desempregados

Rio de Janeiro, 24 / jan/86

Caros Lula e Wander,
Fiquei com muita pena de não os ter visto, pois hoje estou voltando para a França.

Mando-lhes algumas informações sobre o nosso movimento na Europa: somos 120 jovens de quase todos os países da Europa e temos cooperativas agrícolas e uma pequena fábrica de lã em regiões abandonadas. A idéia surgiu em 1972 - ocupar regiões abandonadas com jovens desempregados para dar vida a essas regiões e ao mesmo tempo criar empregos.

Além do trabalho na agricultura, temos uma rádio livre e trabalhamos com trabalhadores refugiados e trabalhadores imigrados.

Eu sou brasileira e já vivo lá há doze anos. Continuei sempre me interessando pelo Brasil, especialmente pelos movimentos de base, da Igreja e o movimento sindical. Se vocês puderem me mandar algumas informações sobre o seu trabalho, eu ficaria muito contente. Talvez da próxima vez a gente ache um tempinho para conversar. Cordiais Saudações.

Beatriz Gíaf

Correspondência para **Beatriz Gíaf**
Coopérative Européene
Longo Mai
04300 Forcalquier Rempart de Berluc
Perussis
França

Queixas de Barbalha

Rio de Janeiro, 21/fev/86

Repetidas vezes o Diretório Municipal da cidade de Barbalha, no sul do Estado do Ceará, tem pedido ao Diretório Nacional do PT instruções sobre a legalização do Diretório Municipal, sobre aquisição e venda de material, e documentos sobre a Constituinte, e as eleições de 86.

Lamentavelmente, o Diretório Nacional tem-se mostrado completamente omissivo. Nem é preciso dizer da importância de se organizar diretórios, especialmente em Barbalha, uma das cidades principais do Cariri, região próspera e populosa do sul do Estado, e que tem um bom número de simpatizantes e filiados do PT.

Em nome dos companheiros que se reúnem semanalmente e precisam de uma orientação mais segura e de incentivo, peço que o Boletim Nacional e seus colaboradores convençam o Diretório Nacional a responder a correspondência e dar a devida atenção aos companheiros do interior.

Tenho dado a minha colaboração na organização partidária no interior, especialmente no Ceará (meu Estado de origem), porém, não ocupo cargo decisório nem no Diretório do Rio nem no Nacional.

O Diretório de Barbalha é sediado na rua Pinto Madeira, 41, centro, CEP 63.186 — Barbalha — Ceará.

Peço e espero que minha carta mereça um maior interesse e empenho deste Boletim, e do Diretório, e que vocês noticiem o trabalho dos companheiros do interior, notadamente de Barbalha, Juazeiro do Norte, Crato, Milagres e Missão Velha. Certo de que merecerei sua atenção, envio caloroso PT Saudações.

Josafá Magalhães

ASSINATURA OBRIGATÓRIA

Todo dirigente do PT, em todos os níveis (municipal, estadual, nacional), deve ser necessariamente assinante do Boletim Nacional para estar informado com precisão e regularmente sobre as decisões do partido.

Se você é membro de um diretório, coordenador de um grupo, ou núcleo, faça imediatamente sua assinatura.

QUERO SER ASSINANTE DO BOLETIM NACIONAL

NOME.....

CARGO.....

RUA..... N°

CEP..... CIDADE..... ESTADO.....

Anual — Cz\$ 20,00

Bi-anual — Cz\$ 30,00



BN responde: Sua carta será encaminhada à Secretaria de Organização Nacional que irá fornecer o material e as informações solicitadas.



O escândalo do bilhão no bico do papagaio

São Sebastião do Tocantins, 08/fev/86

Apesar de termos passado 20 anos sob todas as corrupções, pressões, torturas, e todas as dificuldades na espera do surgimento da democracia, esperávamos que a corrupção fosse abolida de nosso país, e que os corruptos fossem punidos, porém, só há um grande constrangimento por parte deste povo que tanto esperou por esta vitória.

Todo o município de São Sebastião do Tocantins sente-se abalado por um escândalo de mais ou menos um milhão de cruzados, onde trinta e três pessoas foram ludibriadas pelo prefeito, Sr. João Olímpio de Sousa, que suplicou a essas pessoas que fossem ao Banco Bradesco, do povoado Buriti, fazerem um empréstimo para pagar as dívidas da prefeitura. Ele se comprometeu dizendo que, ao vencer o empréstimo, a prefeitura pagaria essas pessoas, e, em posse do dinheiro, o prefeito João Olímpio de Sousa, ex-PDS, pagou uma dívida no valor de Cz\$ 250.000,00 e com o restante comprou uma fazenda no município de Axixas (GO) no valor de Cz\$ 130.000,00 e o resto do dinheiro ninguém sabe que fim levou.

Quando o prefeito titular, que estava de licença para tratamento de saúde, foi receber a prefeitura e tomou conhecimento da dívida, ele se negou a assumir, alegando não ter deixado tal dívida. Cinco vereadores estão implicados na farsa. Vendo que o prazo final dos empréstimos se aproximava, e vendo que a situação estava desesperadora, os cinco vereadores resolveram vender duas caçambas e o trator do município para sanar parte da dívida. Mas apenas parte, pois várias pessoas ainda correm o risco de ficar sem os seus bens. Prevendo uma possível derrota nas próximas eleições, o Sr. José Carneiro da Silva e o prefeito em exercício, acompanhados do Deputado Federal José dos Santos Freire, foram ao governador do Estado, Sr. Iris Rezende, pedir um outro empréstimo para pagar as pessoas em débito com o Banco Bradesco de Buriti. Isso, em troca de voto nas próximas eleições.

Sabe-se que o governador autorizou o empréstimo junto ao Banco do Estado de Goiás. Agora o povo deseja saber, mais uma vez, para onde vai todo esse dinheiro que, até o momento, não foi aplicado em nenhuma obra neste município? O povo também quer uma resposta do Sr. Governador quanto a esta situação calamitosa, uma vez que todo o povo goiano ouviu em seus discursos durante a campanha que ele era contra a corrupção pública. Mas, na realidade, aqui no nosso município a corrupção vem aumentando cada vez mais.

Israel Gomes de Oliveira
e Amauri Gomes Albino



Elogios de Ilhéus

Ilhéus (BA), 20 de fev. de 1986.

Senhor, editor do Boletim Nacional Venho, através desta, solicitar o envio de maiores informações sobre a assinatura deste valioso Boletim Nacional.

Aproveitando a oportunidade, parablenho todos aqueles que trabalham em prol deste Boletim do Partido dos Trabalhadores, por seu trabalho destemido em denunciar as arbitrariedades cometidas por esse regime iníquo e ao mesmo tempo em conscientizar a classe trabalhadora a respeito dos seus direitos e de sua força.

César Almeida Reis

BN responde: Assinar o Boletim Nacional é muito simples. Mande, por carta, um cheque

nominal ao Partido dos Trabalhadores no valor relativo à sua assinatura (semestral, anual ou bianual), juntamente com seu nome e endereço completos, conforme as instruções do cupom abaixo. Caso você não queira recortar o cupom do jornal, tire um xerox ou escreva os dados numa folha de papel.



Recado Carinhoso

São Paulo, 5/março/86.

FÁCIL É ESCREVER DIFÍCIL. OS QUE SE COMUNICAM DEVEM FALAR POVÊS, SE QUEREM SER ENTENDIDOS PELO POVO.

CREIO TER LIDO UMA LIÇÃO EXEMPLAR NO Nº 16 DO BOLETIM NACIONAL DO PT. LIÇÃO DADA POR IRMA PASSONI, COMPANHEIRA MUITO QUERIDA, NO SEU "CONSTITUINTES PETITAS": UM INFORME ENXUTO, NA MEDIDA, NEM UMA PALAVRA A MAIS.

ENTENDI TUDO O QUE LI, GOSTEI MUITO DO QUE FIQUEI SABENDO QUE OCORRE AGORA EM SC, COMO EM TODO O BRASIL. DEVO DIZER, AINDA, QUE O BOLETIM NACIONAL ESTÁ NUMA FASE MUITO BOA, A JULGAR PELO NÚMERO DE JANEIRO/FEVEREIRO DE 86.

FALAR POVÊS!
PuTabracito PRÁ VOCÊS.

Carlito Maia

CUPOM DE ASSINATURA

Faça já sua assinatura enviando um cheque juntamente com este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES — BOLETIM NACIONAL — Av. 11 de junho, 260 — CEP 04041 — São Paulo — SP

QUERO SER ASSINANTE DO BOLETIM NACIONAL

Nome

Ruan.º

CEPCidadeEstado

Anual — Cz\$ 20,00

Bianual — Cz\$ 30,00

Em caso de renovação da assinatura ou mudança de endereço, anexe ao cupom a etiqueta de envio do Boletim.

Viagem à outra Alemanha

O companheiro Paulo Azevedo volta de sua primeira visita a um país socialista com uma certeza: "Erros e equívocos podem existir, mas os benefícios para os trabalhadores são imensos".

Após a Segunda Guerra Mundial e com a derrota do nazismo, a Alemanha ficou dividida em dois grandes blocos políticos. Um deles, o que havia ficado sob controle das tropas americanas, inglesas e francesas, é hoje uma das grandes potências do mundo capitalista: a República Federal Alemã — RFA ou Alemanha Ocidental. O outro, que estava sob controle das tropas soviéticas, deu origem ao que é hoje a República Democrática Alemã — RDA ou Alemanha Ocidental.

Aqui no Brasil, existe um grande conhecimento sobre a Alemanha Ocidental, seus avanços tecnológicos, sua indústria automobilística etc. O objetivo destas linhas é dizer o que vi pessoalmente numa recente visita à Alemanha Oriental com alguns companheiros do PT—Lula e Weffort—, a convite das autoridades desse país.

A Alemanha Oriental foi fundada em 7 de outubro de 1949. A economia baseia-se na propriedade socialista dos meios de produção. Sua população é de 17 milhões de habitantes, sendo 53% do sexo feminino e 47% do sexo masculino. A média de vida entre os homens é de 69 anos e para as mulheres é de 75 anos.

Nível de vida

O menor salário na RDA é de 500 marcos (mais de Cz\$ 2.500,00), e o maior corresponde a, no máximo, seis vezes esta quantia.

De acordo com planejamento feito pelo Estado, a questão habitacional como problema social estará resolvida até o ano 1990. Cada cidadão gasta até 5% do seu salário com habitação. Todas as habitações possuem água encanada, eletricidade, gás e instalações sanitárias.



Nossos companheiros Weffort, Lula, Azevedo e seus anfitriões no campo de concentração de Ravensbruck, hoje transformado em museu. Por trás da comitiva, ergue-se a chaminé dos fornos crematórios, onde nos últimos meses da guerra chegavam a ser queimadas mil mulheres por dia: mulheres judias, membros da resistência e ativistas socialistas e comunistas. O campo de Ravensbruck foi erguido especialmente para o extermínio de mulheres. Olga Prestes, a esposa de Luis Carlos Prestes e importante militante comunista, esteve presa por algum tempo nesse campo.

No final de 1984, de cada 100 famílias, 43 possuíam carros próprios, 99 tinham geladeiras, 90 tinham máquinas de lavar roupa e 93 possuíam aparelhos de TV.

Ensino

A formação numa escola de ensino geral e politécnico de 10 anos faz parte, desde 1965, dos direitos e dos deveres fundamentais de todas as crianças.

Em 1984, mais de 40% dos 8,5 milhões de trabalhadores já tinham concluído esta via obrigatória de ensino. Mais de 80% dos trabalhadores tinham concluído uma formação profissional, entre os quais 8,5% concluíram o ensino superior; 15,3% o

ensino técnico médio, 4,6% tinham concluído a qualificação como mestre, 71,6% tinham concluído a formação como operário especializado.

São garantidos a todos os alunos uma refeição e o leite.

Cultura e arte

Em 1984, publicaram-se 6.390 títulos de livros com uma tiragem total de 141 milhões de exemplares, bem como 19 milhões de discos e cassetes. Mais de 16 milhões de pessoas assistiram as mais variadas peças nos 195 teatros existentes no país. Nos 824 cinemas da RDA, houve 73,4 milhões de espectadores. Os 664 museus receberam a visita de 32 milhões de cidadãos.

Lazer

Os serviços de férias dos sindicatos em 1984 atenderam a solicitação de mais de 5 milhões de viagens aos trabalhadores. Nas casas de férias de sindicato, os veranistas pagam apenas 28% dos custos de sua estadia.

Além das casas de férias dos sindicatos, os trabalhadores podem utilizar um dos 527 campos de lazer (campismo).

Os estudantes têm possibilidades, durante suas 8 semanas de férias de verão, de participar das atividades programadas pelo Estado. Existem hoje 17 hotéis mantidos pelo Estado para atender a juventude que está em férias.

Saúde

Os gastos do Estado com o Ministério da Saúde foram, em 1984, em torno de 11,6 bilhões de marcos. A contribuição obrigatória para a Previdência Social não sofreu alterações desde a fundação da RDA. Essa contribuição é no máximo de 60 marcos por mês, ou seja, 12% do menor salário vigente.

Para o beneficiário da Previdência, e para os seus familiares que não exercem uma profissão, há assistência médica, remédios e todos os tratamentos, incluindo internamentos, gratuitamente. O mesmo é válido para a aquisição de óculos receitados pelo médico e para prótese da medicina dentária ou ortopédica.

Estas são algumas observações que considero importantes, sob o ponto de vista de um trabalhador.

Foi o primeiro país socialista que tive a oportunidade de visitar. E de uma coisa tenho certeza: lá não existem fome, miséria, desemprego. Foram solucionados problemas como ensino e saúde para todos, e gratuitamente.

Erros e equívocos podem existir. Mas, os benefícios para os trabalhadores são imensos.

No fim, uma convicção: nós trabalhadores necessitamos conhecer melhor esse desconhecido mundo do socialismo.

Paulo O. Azevedo
Comissão Executiva Nacional



BOLETIM NACIONAL

Órgão informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Av. 11 de Junho, 260 CEP 04041 São Paulo SP

Nº 17 — Março de 1986

Editor: Bernardo Kucinski / Secretária de Redação: Marisa Lourenço / Redação: Rubens Lemos / Diagramação: José Ramos Neto / Revisão: Gilberto D'Angelo Braz / Produção e Distribuição: Angélica Atalla, Alberto dos Santos e Mauro di Deus / Composição, Fotolito e Impressão: Editora Jorués / Tiragem: 50.000 exemplares.

BOLETIM NACIONAL
PAULO O. AZEVEDO
SEN 206 - BL K - AP 502
70844 - BRASILIA DF